



GT 40. Etnografia e documentos

Coordenador(es):

Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

André Gondim do Rego (IF Brasília)

Sessão 1

Debatedor/a: Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria Fernanda Maidana (Universidad Nacional de Tierra del Fuego)

Sessão 3

Debatedor/a: Martiniano Alcantara Neto (Universidade de Brasília)

Os documentos fazem parte do conjunto de materiais e artefatos acessados (e produzidos!) pelos antropólogos desde a institucionalização da disciplina. Em períodos diversos, eles atingem níveis de importância e de centralidade na consolidação do campo antropológico; níveis que vão do desprezo, enquanto fonte de informação imediata e dominação sobre aquilo que se documenta (LATOURET, 2012), ao esforço de encará-los por uma leitura a contrapelo, evidenciando as suas capacidades organizativas e criativas (HULL, 2012; ZEITLYN, 2012). Cada vez mais, os documentos são incorporados à prática etnográfica. Em várias de nossas pesquisas antropológicas, partes significativas do ponto de vista de “nossos outros” podem estar documentadas nos mais diversos formatos. Olhar atentamente para documentos representa uma porta de acesso às lógicas e práticas de funcionamento dos ambientes que os produzem, dos circuitos que eles são colocados e operam, das redes em que figuram e das relações de poder que aderem a eles. Esse GT pretende receber reflexões e estudos que perpassam a relação entre etnografia e documentos em diferentes sentidos. Nosso interesse recai tanto em investigações que tenham os documentos como elemento central, como para outras que os transpassam e os transbordam para o melhor entendimento do universo estudado.

Só vale o que está escrito: uma etnografia da produção documental de uma organização indígena

Autoria: Andréia Baia (DSEI-ARJ)

A discussão proposta tratará a respeito dos documentos produzidos por uma organização indígena, a Federação do Povo Huni Kuĩ do Acre (FEPHAC), focando na maneira como os documentos constroem o discurso da organização perante seus representados e estabelecem o diálogo com o Estado não-indígena. Os papéis produzidos ? cartas, ofícios, atas, encaminhamentos, normativas ? são utilizados para construir um caminho dialógico com as burocracias do mundo não indígena, ao mesmo tempo em que buscam se firmar na tradição do povo Huni Kuĩ das repetições melódicas entoadas pelo Cacique Tradicional (Shaneibu) à comunidade para produzir animação, e, portanto, para serem eficazes, devem atentar sobre as regras éticas desse povo, no qual o chefe, para ser respeitado, não pode dar ordens. Nesse sentido, a Federação e os documentos por ela produzidos precisam operar em um duplo registro: o modelo tradicional de Chefia Huni Kuĩ, e as regras jurídico-administrativas estatais. O interesse aqui é, portanto, perceber como uma sociedade ágrafa se apropria da escrita para construir sua própria autonomia, para se fazer reconhecer perante o Estado não-indígena e com ele dialogar, e, principalmente, para assegurar que o povo que se sintam participe e representado pela organização que eles mesmo criaram.



Reunião Brasileira de Antropologia

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

[Trabalho completo](#)



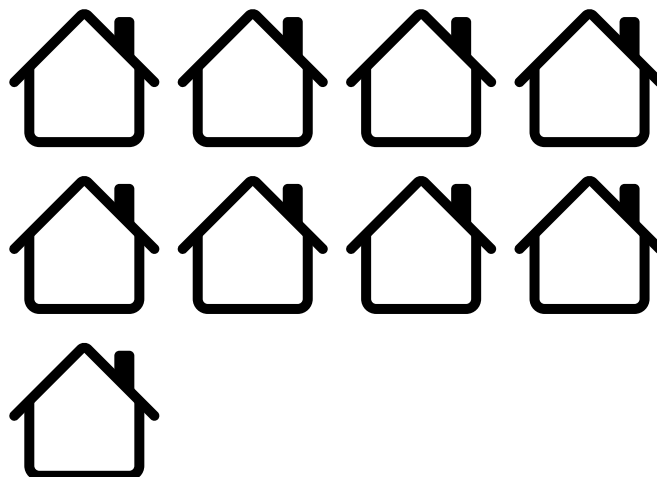
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: